

Morar Para Viver: Moradia, cotidiano e sociabilidade dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, 1910 – 1940.

Alexandre Assis Tomporoski *
Mestrando em História pela UFSC.

O texto que segue trata dos trabalhadores da *Lumber*. Não somente do seu processo de trabalho, suas instituições ou momentos de mobilização. O foco principal foi fundamentado sobre a análise de sua sociabilidade, por meio de características culturais peculiares, como a moradia e o lazer. Com esse objetivo, a análise pautou-se em uma perspectiva alternativa da teoria das classes. O eixo principal foi a *insegurança estrutural*¹, que ao ser vivenciada, impeliu os trabalhadores a criarem novas estratégias para sua sobrevivência. Ao experienciarem tal insegurança, um leque de táticas foi por eles instituído para suprir suas necessidades; redes foram tecidas para assegurar sua sobrevivência diária, as quais promoveram tanto relações solidárias quanto conflituosas, que coexistiram nesse grupo.

No ano de 1910 foram concluídos os trezentos e oitenta quilômetros referentes ao trecho catarinense da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, entre União da Vitória (PR) e o rio Uruguai. Em 1917 foi entregue ao tráfego o ramal leste, ligando União da Vitória ao porto de São Francisco do Sul (SC), abrindo assim um caminho para escoamento e exportação da madeira e erva mate beneficiadas na região. Como previa o contrato para construção da ferrovia, a *Brazil Railway Company*, empresa holding do Sindicato *Farquhar*², recebeu concessão para explorar as terras marginais

* Bolsista Capes desde Março/2005. Este texto é fragmento da dissertação de mestrado em processo de elaboração.

¹ Tal perspectiva está pautada em algumas das proposições de *Mike Savage*, em texto no qual discute a relação entre classe e história do trabalho e sugere que o trabalho não é necessariamente o principal eixo da classe social. SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (orgs.) **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 25 a 48.

² O Sindicato *Farquhar* era controlado pelo magnata norte-americano *Percival Farquhar*. Em 1906 ele adquiriu a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que possuía a concessão para construir a ferrovia que cortaria a região do planalto norte catarinense. *Farquhar* possuía um total de seis milhões de acres no Paraná e em Santa Catarina e pretendia desen-

à linha férrea numa extensão de quinze quilômetros para cada lado da estrada de ferro. Com esse objetivo foi instalada em Três Barras a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*³, subsidiária da *Brazil Railway*, a *Lumber* deveria serrar a madeira, explorar a erva mate e colonizar aquelas terras com imigrantes europeus.

Com o início de suas atividades em novembro de 1911, a *Lumber* passou a desenvolver um processo inovador de exploração da madeira e da erva mate. Para tanto, edificou um complexo industrial de proporções ímpares, que lhe rendeu o título de maior madeireira da América do Sul. A madeira beneficiada era transportada em trens aos portos de São Francisco do Sul e Paranaguá e subseqüentemente remetida ao exterior. Juntamente com a madeira, a *Lumber* também beneficiava e exportava a erva mate⁴, abundante nos ervais nativos da região.

A maior parte dos trabalhadores empregados pela *Lumber* foi recrutada entre os habitantes da região. No início do século XX o planalto norte catarinense era habitado por caboclos e por imigrantes europeus, principalmente poloneses, ucranianos e alemães⁵. No ano de 1915, o número de trabalhadores empregados no processo de be-

volver a colonização e a exportação de madeira e erva mate pelo porto de Paranaguá. SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: **História Geral da Civilização Brasileira** – 8 – III – O Brasil Republicano – 1 Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 381.

³A *Lumber* montou outra serraria em Calmon (SC), esta filial não será contemplada na presente análise por transcender o a região do planalto norte de Santa Catarina, recorte espacial pré-determinado.

⁴Além de explorar os vastos ervais nativos nas terras recebidas na concessão ou posteriormente adquiridas, a *Lumber* também comprava a erva mate de atravessadores locais, os quais acumulavam grandes quantidades adquirindo a erva junto aos pequenos produtores/coletores. Com a utilização de seus próprios ramais e da ferrovia da *Brazil Railway*, a *Lumber* obtinha baixos custos de transporte, o que lhe dava grande vantagem sobre os demais empresários locais. Além da ferrovia os rios da região eram caminhos para o escoamento da erva, por meio dos vapores “Três Barras” e “Porto Velho”, embarcações de propriedade da empresa que exigiam um porto permanente, bem como trabalhadores especializados para carga e descarga das embarcações e transporte do produto. In: **Relatórios Mensais da Southern Brazil Lumber and Colonization Company**. Balancete do mês de abril de 1917, p. 12. APESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁵ É problemático definir esses grupos como poloneses, ucranianos ou alemães. Normalmente essas nomenclaturas são arbitrárias, supõem a idéia de conjuntos coesos e unificados o que geralmente não se apresentava na prática. Havia inúmeras fissuras internas, tanto por conta das diferentes regiões de origem como de seus diferentes dialetos e costumes.

neficiamento da madeira era de seiscentos e quinze, além de um considerável grupo que desenvolvia atividades ligadas ao corte e transporte das toras na mata⁶.

Paralelamente à condição de operário a que foi compelido, o trabalhador (imigrante europeu ou caboclo) e sua família, mantinham uma área reservada ao plantio de sua lavoura de subsistência, nos moldes da roça cabocla, e alternativamente efetuava a coleta da erva mate, inserindo-se assim em uma dupla condição⁷. Aliando a possibilidade de morar e produzir – ou mesmo coletar – alimentos em sua propriedade (ou posse), ao trabalho operário na *Lumber*, estas pessoas definiam-se tanto por suas atribuições de colono como por sua condição de operário⁸. O trabalho na terra, além de suplementar a subsistência da família operária, dava-lhe certa estabilidade e identificação com a vida em uma comunidade tipicamente rural. Neste modo de vida, praticamente sem acesso à educação formal, a oralidade era o sistema de comunicação que possibilitava a transmissão e a propagação de costumes e práticas. Nesse sentido, o morar dos trabalhadores foi fundamental para a reprodução desses costumes, possibilitando intenso contato, interação e circulação da informação.

⁶DIACON, Todd A. **Milenarian vision, capitalist reality. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916**. Durham: Duke University Press, 1991, p. 55. No entanto, se forem considerados os trabalhadores das matas, (normalmente contratados sob regime de empreitada) e os envolvidos nas demais atividades da *Lumber* como o porto, as embarcações, o armazém, o cinema, a fábrica de gelo e o corpo de segurança da companhia, o número de pessoas ligadas diretamente à empresa será consideravelmente superior. Segundo as informações dos processos crime por acidente no trabalho analisados até o momento há entre acidentados e testemunhas operários alemães; austríacos; espanhóis; galeses; holandeses; poloneses; portugueses; russos e ucranianos In: **Processo Crime por Acidente no Trabalho. Operário**: Miguel Pitak. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Três Barras, 30 de Julho de 1919, AHMC; **Processo Crime por Acidente no Trabalho. Operário**: Odorico Bueno. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Três Barras, 18 de Abril de 1922.

⁷SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarianização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (coord.) **Cultura e Identidade Operária**. Aspectos da cultura da classe operária: Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1987, p. 103 a 120.

⁸É imperativo lembrar que entre os imigrantes, as famílias estavam diretamente envolvidas no trabalho com a terra. Além da roça, a horta e os animais careciam de atenção. Estas tarefas normalmente estavam sob a responsabilidade da principal figura feminina, em geral a mulher do colono-operário. ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da vida privada no Brasil, vol. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 254.

A moradia dos trabalhadores da *Lumber* possuía certas peculiaridades pela sua proximidade com a vida rural. Os chamados “*ranchos-espelunca*”⁹ pertenciam à empresa, o que tornava seus inquilinos (trabalhador e família) totalmente dependentes das imposições da companhia¹⁰, que ao menor sinal de insubordinação demitia e expulsava o operário e seus dependentes. A moradia funcionava como elemento de pressão sobre a vida dessas pessoas: “... os que mais se destacaram [no movimento grevista] caíram logo no desagrado dos chefes e mereceram sua demissão do serviço, acusados de serem anarquistas e maximalistas perigosos. Também (...) fui despedido e tive que transportar-me com família e bagagem para outra localidade”¹¹. Essas habitações, os “*ranchos-espelunca*”, eram construções em madeira de um único cômodo, com uma pequena porta e apenas uma janela. Ali o trabalhador vivia com a família, a água era extraída de um poço cavado nas proximidades das casas, junto ao qual havia uma pequena cobertura de madeira onde se fazia as refeições, muitas vezes de maneira coletiva¹².

Além dessa estrutura habitacional havia um modelo bastante específico de moradias. As casas de alguns trabalhadores localizavam-se em antigas colônias montadas pelo governo do Paraná ou em casas construídas na região periférica à *Lumber*, já em meio à mata e com uma vida caracteristicamente rural. Na verdade, a ocupação de

⁹ **Jornal A Plebe**. Edição de 23 de agosto de 1919. Ano III nº. 27, p. 2. Cópia micro filmada consultada no Arquivo Edgard Leuenroth, no IFCH-UNICAMP, em Campinas, SP. O correspondente d'A Plebe em Três Barras, um operário da *Lumber* que escrevia sob o pseudônimo de Alcindo de Oliveira, além de descrever o episódio da greve deflagrada na *Lumber* naqueles dias, relata especificidades das moradias dos trabalhadores.

¹⁰ Esse tipo de dominação foi analisado na clássica obra “A tecelagem dos conflitos de classe na ‘cidade das chaminés’”. O autor analisa a concentração de poderes do capital industrial e da propriedade territorial nas mesmas mãos e percebe um padrão específico de relações de dominação das fábricas com vila operária ou das fábricas que subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção, percebendo as peculiaridades das relações de dominação que ali se estabelecem. In: LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Ed. UnB, 1998, p. 15-6.

¹¹ **A Plebe**, Op. Cit.

¹² Essas informações foram retiradas de um filme-documentário produzido no ano de 1911 por uma empresa de propaganda da Argentina sob encomenda da *Lumber*. O objetivo era popularizar a empresa no Brasil e no exterior. Nesse filme de aproximadamente quarenta e cinco minutos é mostrado todo o processo industrial da empresa, bem como a moradia e algumas atividades dos trabalhadores. O filme, como qualquer outra fonte, é passível de crítica, no entanto, consiste em um documento assaz valioso para ser desconsiderado nessa análise. A cópia foi cedida pelo LAPES/UFSC.

todo o planalto catarinense deu-se pela formação de extensos bairros rurais¹³ – paralelamente aos vales dos rios – e pela constituição de povoados que se tornaram sedes de distritos e municípios¹⁴. No bairro rural os habitantes não estavam ligados pela proximidade, muitas vezes as habitações estavam tão afastadas que era difícil perceber que elemento as unificava.

As práticas de auxílio mútuo entre os habitantes do bairro rural definiam seus limites – pela participação ou não de determinado indivíduo em tais atividades – e consistiam em um elemento fundamental da sociabilidade de seus habitantes. Os trabalhos de ajuda mútua estavam assentados em uma obrigação bilateral: aquele membro ou família que fosse beneficiado pelo auxílio dos “vizinhos” deveria retribuir imediatamente à convocação para futuras tarefas. A prática dessa forma cooperativa de trabalho, o mutirão (baseado na prestação voluntária e gratuita de serviços), na região do planalto norte catarinense recebeu o nome de *pixirum*. As principais atividades coletivas organizadas dentro desse modelo consistiam em roçadas, limpeza de terrenos, abate de animais e construção de casas ou galpões. Era responsabilidade do beneficiário – essa era uma regra rígida – fornecer a alimentação aos envolvidos e, ao final dos trabalhos, uma festa, organizada em forma de baile, ou ao menos a bebida para uma pequena celebração. Esse “*fandango*” possuía um caráter particular, pois era “armado” por alguém que delimitava os participantes, normalmente os residentes no mesmo “bairro” do fandanguero¹⁵. Nessa festa, momento de ampla interação e contato, a solidariedade ratificada irrigava toda uma rede de sociabilidade que ali tinha seu ponto culminante. Contudo, a festa também surgia como o evento social que favorecia relações antagônicas e era cenário propício às afirmações de destemor.

¹³ MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001, p. 34.

¹⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em História), UNICAMP. Campinas, p.70.

¹⁵ LEANDRO, José Augusto. **Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá, 1850-1888**. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História). UFSC. Florianópolis, p. 309.

O pixirum, além de ser uma forma de suplementação de mão-de-obra, também fortalecia uma vasta rede de relações que ligava seus componentes, ratificando sua unidade. No entanto, além das fortes características solidárias, o pixirum também despertava conflitos e acertos de contas violentos. Os motivos que detonavam os conflitos muitas vezes estavam ligados aos momentos subseqüentes à conclusão dos trabalhos¹⁶, o confronto surgia em virtude de dúvidas acerca das tarefas, o que nas ocasiões de pixirum não era raro. O elemento incentivador era o desafio¹⁷, sempre embebido em tensão. Diferenças quanto à divisão dos trabalhos ou desentendimentos surgidos das diversas discussões que entretinham os participantes durante as atividades, eram estopins para os ajustes violentos. Além dos conflitos surgidos do próprio trabalho, a honra, considerada atributo maior, produzia discussões e precisava ser defendida. Era necessário reafirmar a posição perante o adversário e o grupo presente. Muitas vezes a única saída honrosa, moral e socialmente aceita para o conflito era o revide, o acerto de contas.

A bodega (bar ou armazém) sempre representou um espaço de trocas e intenso convívio social. Para o morador do planalto era ali que estavam as informações, as pessoas e as mercadorias. Na bodega era possível efetuar a troca da erva mate por produtos como sal, pólvora, munição, querosene ou cachaça. Frequentemente eram locais de jogos de azar (dados, cartas) e apostas, onde além da confraternização, os conflitos também eram costumeiros¹⁸. Também ali o desafio¹⁹ surge como elemento

¹⁶ **Processo Crime por Homicídio** de Francisco Jungles. Réu: Pedro Jungles. Canoinhas, 1922. Arquivo Histórico Municipal de Canoinhas.

¹⁷ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 36. Embora também perceba o desafio como técnica de incentivo ao trabalho, discordo da autora quando esta considera o desafio como elemento unicamente desagregador e deflagrador de conflitos. O desafio ativava formas já experimentadas e legitimadas de relações, as rixas eram costumeiras e até mesmo aguardadas, muitas vezes como forma de descontração do grupo.

¹⁸ **Processo Crime por Homicídio** de Laudelino Chaves. Réu: Estanislau Ribas. Canoinhas, 1930. AHMC.

¹⁹ FRANCO, Op. Cit., p. 40. Muitas vezes os ambientes de lazer eram propícios para reacender antigas disputas ou deflagrar antagonismos, até mesmo pelo vivo espírito de provocação que estava na base dos divertimentos.

disseminador do conflito. Nesse ambiente, perante audiência numerosa eram comuns “atos de bravura” em defesa da honra.

As expectativas dos integrantes da comunidade estavam embasadas em costumes legitimados que regiam a vida em sociedade e estabeleciam os limites de cada grupo social. Suas práticas em maior parte não estavam ligadas a concepções econômicas (o mutirão não previa nenhum tipo de remuneração, somente a retribuição futura em forma de trabalho), e passaram a ser cerceadas pela racionalização e por inovação impostas pelo capital por ação da Superintendência Municipal.

A bebida e o uso de armas são exemplos de como os costumes foram obstáculos às novas concepções que tentavam ser infligidas aos trabalhadores. Muitas vezes a “branquinha” era consumida durante as tarefas. Sempre com algum instrumento (violão ou sanfona) e uma garrafa, degustada ali mesmo no local do trabalho ou então na bodega mais próxima. Os trabalhos desenvolvidos eram regidos pela lógica da necessidade, não pelo tempo do relógio. Dessa forma, ele era “orientado pelas tarefas”²⁰, as quais se davam em ritmos irregulares, com variações de atividade intensa e ociosidade plena. Nos momentos em que detinham as decisões de sua vida produtiva, essas pessoas constituíam ritmos irregulares de trabalho, nos quais as brechas para a bebida, para a festa ou para as brigas, eram possíveis e legítimas.

A bebida estava presente em diferentes ocasiões que surgiam ao longo do dia, antes das refeições, ao final do dia, ao final da jornada de trabalho, ou mesmo durante ela²¹. A arma de fogo estava intrinsecamente ligada às características da vida do morador do planalto. Ali ela era componente indispensável de sua indumentária, era necessária contra os perigos da mata e como meio de autodefesa, por exemplo, nas cos-

²⁰ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Companhia das Letras, 1998, p. 282.

²¹ O filme-documentário da *Lumber* mostra os ambientes de trabalho, em certo momento um operário aparece sobre um trem carregado com toras, ele tem discretamente à mão uma garrafa de uísque. Beber durante o trabalho era percebido como costumeiro por muitos dos trabalhadores, os estoques de madeira eram um ambiente propício para o trabalhador escapar e tomar uns goles. Ali estaria a salvo dos supervisores e dos homens do corpo de segurança da companhia.

tumeiras disputas por terra naquela região. Uma das formas de cerceamento desses costumes foi a limitação do horário de funcionamento das bodegas. A Lei Municipal nº. 138 de 15 de outubro de 1920, por exemplo, obrigou os comerciantes da vila a fecharem seus estabelecimentos às 14 horas aos domingos; sextas-feiras da paixão; nos dias 1º de janeiro e 25 de dezembro e nos demais feriados²². Uma rápida leitura dos jornais locais²³ revelou a preocupação das autoridades do município de Canoinhas e do distrito de Três Barras com o consumo de bebidas alcoólicas e o uso de armas de fogo. As tentativas de restringir tais práticas foram recorrentes ao longo dos anos, demonstrando que elas não foram bem sucedidas. A ineficiência de tais restrições permite supor que andar armado ou beber no momento em que bem entendesse eram direitos tidos pelos trabalhadores como legítimos, estavam vigorosamente arraigados àquela sociedade e sobreviveram mesmo em conflito com a nova disciplina que vinha sendo implantada na região. A reprodução desses costumes foi possível, também, porque em muitos momentos não havia uma delimitação clara entre o “trabalho” e a “vida” desses trabalhadores, por não estarem totalmente envolvidos com o modo de vida industrial, o que dificultou sua disciplinarização²⁴.

O exame da pluralidade das manifestações dos trabalhadores da *Lumber* possibilitou perceber especificidades de suas redes e práticas, bem como desnudar parte de suas relações, tanto as solidárias quanto as conflituosas. A classe trabalhadora nunca foi uma formação unida e homogênea, e é essa contínua interação entre conflito e solidariedade que pode nos dizer muito a respeito da vida desses homens e mulheres. Dessa forma será possível reunir pistas para a compreensão de como as experiências vividas fora do mundo do trabalho influenciaram seus momentos de organiza-

²² **Jornal O Democrata**. Canoinhas, 06 de novembro de 1920. Ano III, nº. 84. BPESC, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

²³ **Jornal O Imparcial**. Canoinhas, 15 de Dezembro de 1915, Ano I nº. 5. BPESC; **Jornal O Imparcial**. Canoinhas, 15 de Janeiro de 1916. Ano II nº. 7. BPESC; **Jornal O Democrata**. Canoinhas, 14 de Julho de 1920. Ano III, nº. 69. BPESC; **Jornal do Povo**. Ouro Verde, 26 de Agosto de 1923. Ano II, nº. 26. BPESC. “Ouro Verde” foi o nome empregado como substituto de “Canoinhas” durante certo período na década de 1920. Tal mudança estava ligada ao fato de o município ser, naquele período, um dos maiores produtores mundiais de erva mate.

²⁴ THOMPSON, Op. Cit., p. 300.

ção e luta enquanto operários da *Lumber*. Seus costumes constituíam um tecido comum e muitas vezes foram contrapostos ao avanço das relações regidas pelo capital que estavam se consolidando na região. O processo de formação da classe esteve também ligado à convivência social e familiar, o que preconiza a percepção das variações locais desse processo, no contexto em que os operários viviam suas vidas.